



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

# **BOLETIM DE TRABALHO**

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4 N. 2

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

# BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4, N. 2, julho 2022

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 4	n. 2	p. 1-24	jul. 2022
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)  
R. Duque de Caxias, 1691  
Porto Alegre - RS - 90010-281  
Fone: (51) 3216-9000  
E-mail: [dee@planejamento.rs.gov.br](mailto:dee@planejamento.rs.gov.br)  
Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi  
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach  
Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari  
Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner  
Normalização Bibliográfica: Leandro De Nardi  
Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,  
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,  
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e  
Gestão, 2019- .  
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio  
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e  
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	4
<b>1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022</b>	5
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO .....	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL .....	7
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	8
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS .....	11
1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS .....	12
<b>2 A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES</b>	13
2.1 A VARIAÇÃO DOS ESTOQUES NO RS, NAS DEMAIS UFs E AGREGADO DO PAÍS .....	13
2.2 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO NAS REGIÕES E NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO .....	14
2.3 O DESEMPENHO SETORIAL .....	16
2.4 ATRIBUTOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL .....	18
2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DOS ADMITIDOS E DOS DESLIGADOS .....	19
<b>Box</b>	22
TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL .....	22
<b>REFERÊNCIAS</b>	24

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** apresenta evidências sobre a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no 1.º trim./2022, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após ter sido atingido intensamente pelos efeitos da recessão econômica causada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, principalmente no 2.º e no 3.º trimestre de 2020, o mercado de trabalho do RS vem dando sinais de uma gradual recuperação desde o 4.º trim./2020. Tal afirmação é ratificada pelo retorno das pessoas à força de trabalho, pelo aumento do nível de ocupação e pela queda da taxa de desocupação durante 2021. Não obstante os sinais positivos, esse processo foi acompanhado por uma expansão da taxa de informalidade — ou seja, pelo aumento do peso relativo das inserções mais precárias na estrutura ocupacional —, e por uma forte redução dos rendimentos reais dos ocupados — esta última causada, em parte, pela aceleração da inflação, verificada durante 2021.

De acordo com o que é mostrado nessa seção do Boletim, o comportamento predominante dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS e de suas referências comparativas — Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o País —, no 1.º trim./2022, frente ao 4.º trim./2021, foi o de estabilidade, sendo exceção a taxa composta de subutilização da força de trabalho, que se reduziu no Paraná, em São Paulo e no âmbito nacional.

Já no cotejo interanual, os movimentos predominantes, no RS e em suas referências comparativas, foram os de aumento da taxa de participação na força de trabalho, do nível de ocupação e da taxa de informalidade, e de queda da taxa de desocupação, da taxa composta de subutilização da força de trabalho e do rendimento médio real habitual dos ocupados. Nessa base comparativa, portanto, a continuidade do processo de melhora de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho, no 1.º trim./2022, foi concomitante à expansão das inserções ocupacionais mais precárias — apreendida pela elevação da taxa de informalidade —, e à redução do rendimento médio real habitual dos ocupados.

O comportamento do emprego formal, captado pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência, mostra continuidade do movimento ex-

pansivo. No RS, os três meses encerrados em maio de 2022 (último dado disponível) registraram uma variação de 1,0%, ou 27 mil postos; no acumulado do ano, computavam-se 66,7 mil vínculos adicionais (2,6%). No período de 12 meses, priorizado na análise por contornar distorções associadas à sazonalidade, o Estado gerou 136,2 mil empregos formais — um crescimento de 5,5%, que repete o percentual dos 12 meses anteriores (maio/2020-maio/2021). A comparação com as outras 26 UFs mostra o RS com a menor variação percentual do País (o qual, em seu agregado, teve expansão de 6,8%).

O emprego formal cresceu nas nove Regiões Funcionais (RFs) gaúchas. A dispersão dos resultados é acentuada: a menor expansão, de 2,9%, ocorreu na RF5 (Sul); a maior, na RF4 (Litoral), foi mais de três vezes superior, 9,5%.

Analisando-se os resultados municipais, um *outlier* negativo é São José do Norte, justamente na RF5, em que 2,1 mil vínculos formais foram extintos, representando 37,6% de redução. Esse corte dramático processou-se na fabricação de embarcações. Dentre os melhores desempenhos, Gramado, que, mesmo sendo o 24.º colocado em estoque de empregados formais, gerou o sexto maior saldo (3,5 mil) nesses 12 meses e deteve a mesma posição no ordenamento por variação percentual (nesse caso, sendo superado por municípios com mercados de trabalho bem menores), com expansão de 21,7%, associado à retomada das atividades de serviços, especialmente turismo, e comércio.

Serviços foi, justamente, o setor responsável pela maior parcela do saldo do emprego formal gaúcho nos 12 meses analisados, com elevação de 64,5 mil vínculos — o equivalente a 47,5%. O segundo e o terceiro lugares foram da indústria (34,2 mil) e do comércio (26,9 mil). Em variação relativa, a construção liderou, com 7,4% de expansão (8,5 mil vínculos adicionais). Serviços, por esse critério, ficou em segundo lugar, com 6,3%. A indústria, dessa vez, teve variação inferior à do total de empregos, o que contrasta com os 12 meses anteriores, em que praticamente duplicou o resultado agregado (10% *versus* 5,5%), respondendo ainda pelo maior saldo absoluto.

Das 21 seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), entre maio de 2021 e maio de 2022, o destaque positivo foi de alojamento e alimentação, com 17,2% de aumento em seu contingente formalizado (e um saldo de 13,3 mil postos). Seguem-se, nesse ordenamento, outras atividades de serviços, evidenciando o impacto positivo sobre o mercado de trabalho que a retomada, mesmo que parcial, da normalidade sanitária produziu sobre seg-

mentos especialmente prejudicados no primeiro ano após a eclosão da pandemia de Covid-19.

Quanto ao perfil dos trabalhadores incorporados ao mercado formal de trabalho do Estado nos últimos 12 meses disponíveis, as mulheres conquistaram 55,5% dos postos (o que se correlaciona com sua maior participação no setor serviços); os jovens de até 24 anos mantiveram sua predominância absoluta na formação do saldo (respondendo por 80% dele), e os trabalhadores com escolaridades intermediárias (ensino médio completo ou incompleto) continuaram a ampliar sua participação relativa no estoque de postos formais.

Também nessa base estatística e nesse segmento relativamente privilegiado do mercado de trabalho, o dos contratos formalizados, pode-se identificar a tendência à redução dos rendimentos. Os salários reais de admissão e de desligamento, captados pelo Novo Caged, caíram nos últimos 12 meses. No ingresso, a redução foi de 6,7%, na comparação de maio de 2022 com o mesmo mês de 2021, e de 10,9%, no cotejo com maio de 2020. No desligamento, as variações, nos mesmos intervalos, foram de -1% e -13,3%, respectivamente.

## 1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022

Esta seção, que apresenta evidências sobre a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no 1.º trim./2022, foi elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após ter sido atingido intensamente pelos efeitos da recessão econômica causada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, principalmente no 2.º e no 3.º trimestre de 2020, o mercado de trabalho do RS vem dando sinais de uma gradual melhora desde o 4.º trimestre desse ano. Essa afirmação pode ser ratificada pelo retorno das pessoas à força de trabalho, pelo aumento do nível de ocupação e pela queda da taxa de desocupação durante 2021. Não obstante os sinais positivos, esse processo está sendo acompanhado por uma expansão da taxa de informalidade — ou seja, pelo aumento do peso relativo das inserções mais precárias na estrutura ocupacional —, e por uma queda expressiva dos rendimentos reais dos ocupados — esta última causada, em parte, pela aceleração da inflação verificada em 2021.

No que diz respeito ao desempenho da economia, o qual condiciona o comportamento do mercado de trabalho, o País registrou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,6% em 2021, e o RS, de 10,4%, ambos recuperando-se da recessão econômica de 2020. No período mais recente, na comparação do 1.º trim./2022 com o 1.º trim./2021, o PIB do País teve uma variação positiva de 1,7% (IBGE, 2022d). Já o do RS evidenciou uma retração de 4,7%, a qual foi ocasionada, em grande parte, pelos efeitos adversos de uma nova estiagem que ocorreu no Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Nesta seção, as evidências apresentadas sobre o mercado de trabalho do RS, no 1.º trim./2022, serão sistematicamente cotejadas com as de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e a do País, com o propósito de avaliar, em uma perspectiva comparada, o desempenho do Estado no período.

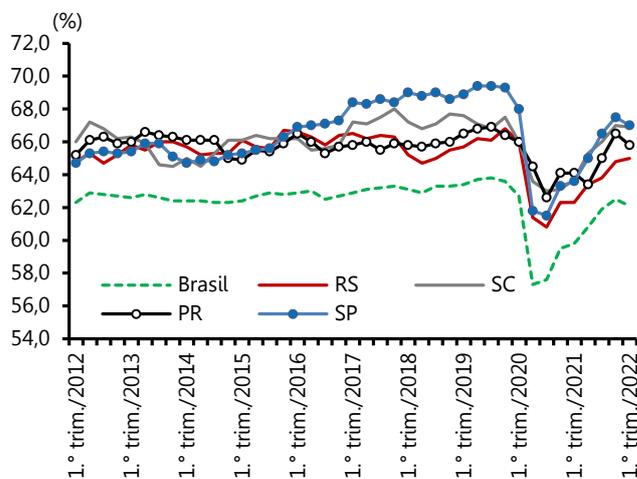
## 1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Vem verificando-se um processo de retorno gradativo da População em Idade de Trabalho<sup>1</sup> à força de trabalho (FT), tanto no País quanto no âmbito das unidades da Federação (UFs), desde o 4.º trim./2020. No 1.º trim./2022, em relação ao trimestre imediatamente anterior, a taxa de participação na FT (TPFT)<sup>2</sup> manteve-se estável no RS (65,0%), em SC (66,9%) e em SP (67,0%), uma vez que as suas oscilações não tiveram significância estatística, enquanto no PR e no País o indicador evidenciou retração (de 66,5% para 65,8% e de 62,5% para 62,1% respectivamente) —

**Gráfico 1.** Já na comparação interanual, ocorreu aumento da TPFT no RS (2,7 pontos percentuais), em SC (3,2 pontos percentuais), em SP (3,4 pontos percentuais) e no País (2,3 pontos percentuais); no PR, o indicador manteve-se estável (sua oscilação não teve significância estatística). Ao se comparar a TPFT do 1.º trim./2022 com a do 1.º trim./2019 — ou seja, com um trimestre em que estavam ausentes os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho<sup>3</sup> —, constata-se que, tanto no RS quanto nos demais Estados da Região Sul, em SP e no País, o indicador ainda se mantinha em nível inferior, não tendo se recuperado plenamente dos efeitos da crise sanitária iniciada no 1.º trim./2020.

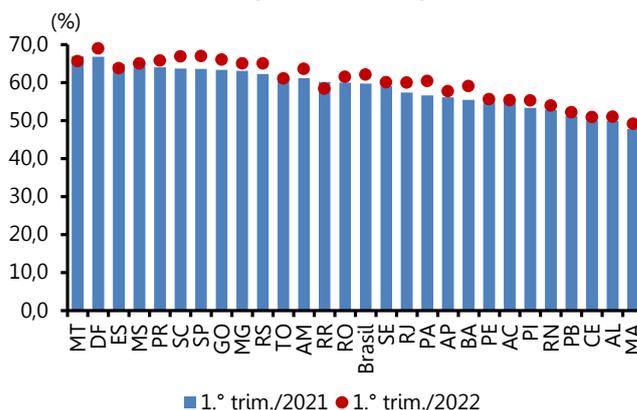
Quanto à posição do RS frente à totalidade das UFs em termos de TPFT, o Estado tinha o décimo maior nível desse indicador no 1.º trim./2021; no 1.º trim./2022, o RS havia avançado duas posições, tendo passado a deter a oitava maior TPFT entre as UFs (**Gráfico 2**).

**Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

**Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2021 e 1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de pessoas na FT de RS, SC, PR e SP ficou estável na comparação do 1.º trim./2022 com o 4.º trim./2021; já o do País sofreu uma retração de 0,5% (**Tabela 1**). Na comparação interanual, identifica-se aumento da FT no RS (4,7%, ou 279 mil pessoas), em SC (5,2%), em SP (6,0%) e no País (4,8%); no PR, a oscilação da FT não teve significância estatística. Cabe destacar que, no RS, nos demais Estados da Região Sul, em SP e no País, o contingente de pessoas na FT estava, no 1.º trim./2022, acima dos números do 1.º trim./2019 — portanto, havia se recuperado plenamente do processo de retração verificado durante os piores efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, em 2020 (**Tabela 1**).

<sup>1</sup> De acordo com a delimitação adotada pela PNAD Contínua, a **População em Idade de Trabalho** corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais.

<sup>2</sup> A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalho, sendo expressa em termos percentuais.

<sup>3</sup> Na análise ora desenvolvida, adotou-se o 1.º trim./2019 como referência comparativa que apreende a ausência de efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, e não o imediatamente anterior ao seu início (4.º trim./2019), pelo fato de as séries temporais da PNAD Contínua aqui apresentadas não serem sazonalmente ajustadas.

**Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	4.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2022 4.º Trim./2021	1.º Trim./2022 1.º Trim./2021
<b>Brasil</b>	106.273	106.263	102.339	107.758	107.224	(1)-0,5	(1)4,8
RS .....	6.164	6.197	5.925	6.173	6.204	0,5	(1)4,7
SC .....	3.920	3.896	3.794	3.987	3.990	0,1	(1)5,2
PR .....	6.098	6.085	6.057	6.249	6.188	-1,0	2,2
SP .....	25.832	25.654	24.419	26.039	25.892	-0,6	(1)6,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).

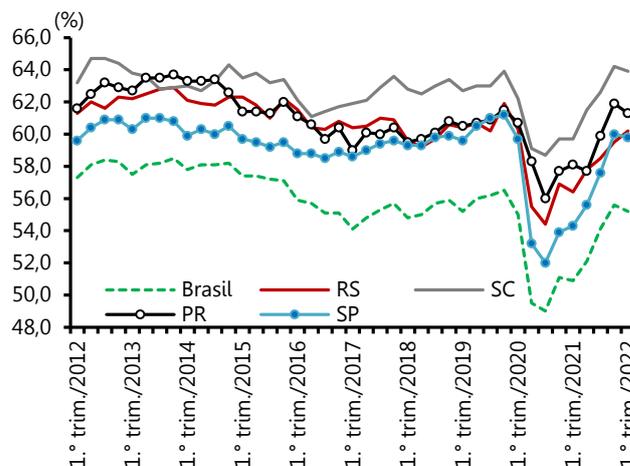
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Após observar um processo de queda durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19, nos três primeiros trimestres de 2020, o nível de ocupação (NO)<sup>4</sup> vem dando sinais de uma gradual recuperação desde o 4.º trim./2020. No 1.º trim./2022, em relação ao 4.º trim./2021, esse indicador permaneceu estável no RS (60,2%), em SC (63,9%), no PR (61,3%) e em SP (59,8%), uma vez que as suas oscilações não tiveram significância estatística; no País, teve redução (de 55,6% para 55,2%) — **Gráfico 3**. No que diz respeito à referência comparativa interanual, o NO teve elevação no RS (3,8 pontos percentuais), em SC (4,2 pontos percentuais), no PR (3,2 pontos percentuais), em SP (5,5 pontos percentuais) e no País (4,3 pontos percentuais). Pode-se constatar que SC, PR, SP e o País haviam-se recuperado plenamente da retração do NO verificada durante o pior momento dos efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho, pois esse indicador estava, no 1.º trim./2022, em nível superior ou igual ao do 1.º trim./2019; no caso do RS, ainda se encontrava em nível levemente inferior.

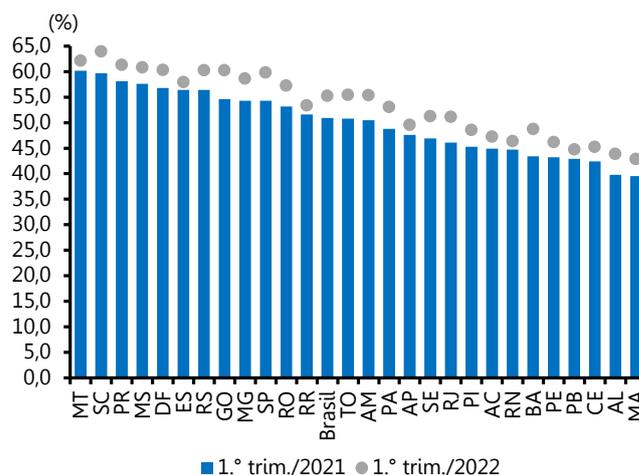
No cotejo com a totalidade das UFs, o RS detinha, no 1.º trim./2021, o sétimo maior NO; já no 1.º trim./2022, o Estado havia avançado para o sexto maior NO entre as UFs (**Gráfico 4**).

**Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

**Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2021 e 1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de ocupados permaneceu estável no RS, nos demais estados da Região Sul e em SP, na comparação do 1.º trim./2022 com o trimestre imediatamente anterior; no País, o contingente de ocupados registrou uma variação negativa de 0,5% (**Tabela 2**). Quanto à comparação interanual, identifica-se crescimento generalizado do contingente de ocupados: 7,1% no RS (mais 381 mil ocupados), 7,2% em SC, 5,1% no PR, 10,8% em SP e 9,4% no âmbito nacional. Tanto no RS quanto em suas referências comparativas, o contingente de ocupados, no 1.º trim./2022, situava-se acima do verificado no 1.º trim./2019, tendo-se recuperado integralmente da retração ocorrida durante o pior momento dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

<sup>4</sup> O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais.

**Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	4.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2022 4.º Trim./2021	1.º Trim./2022 1.º Trim./2021
<b>Brasil</b>	92.621	93.115	87.082	95.747	95.275	(1)-0,5	(1) 9,4
RS .....	5.668	5.668	5.359	5.673	5.740	1,2	(1) 7,1
SC .....	3.635	3.674	3.552	3.815	3.808	-0,2	(1) 7,2
PR .....	5.548	5.598	5.486	5.814	5.765	-0,8	(1) 5,1
SP .....	22.322	22.502	20.840	23.142	23.097	-0,2	(1)10,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).

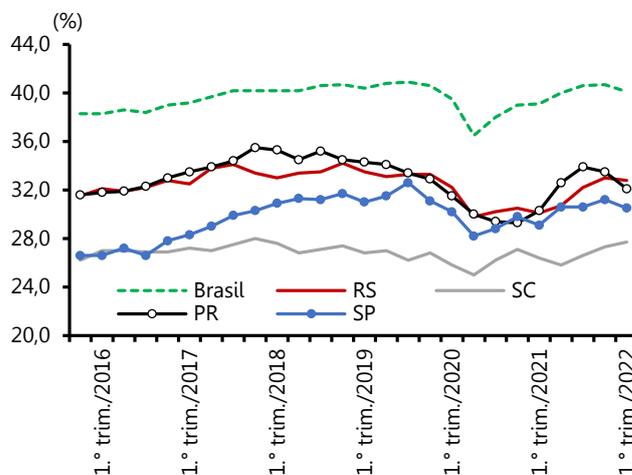
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Pode-se ter uma noção geral da evolução da qualidade das oportunidades de trabalho que estão sendo criadas na presente conjuntura por meio da taxa de informalidade (TI)<sup>5</sup>. A TI, na comparação do 1.º trim./2022 com o 4.º trim./2021, permaneceu estável no RS (32,8%), em SC (27,7%) e em SP (30,5%), cujas oscilações não tiveram significância estatística; no PR, evidenciou queda (de 33,5% para 32,1%), assim como no País (de 40,7% para 40,1%) — **Gráfico 5**. Por sua vez, na referência comparativa interanual, a TI evidenciou aumento no RS (2,7 pontos percentuais), em SP (1,4 ponto percentual) e no âmbito do País (1,0 ponto percentual); em SC e no PR, esse indicador manteve-se estável, pois as suas oscilações não tiveram significância estatística. Caberia ainda recuperar que a TI teve uma queda relevante durante 2020, no pior momento dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho. Com base nessa constatação e por meio da inspeção do **Gráfico 5**, percebe-se que a TI situava-se, no 1.º trim./2022, nos casos de RS, PR, SP e para o País como um todo, em nível inferior ao do 1.º trim./2019, o qual não contém nenhum efeito da emergência sanitária sobre o mercado de trabalho; já SC evidencia uma TI em nível superior, nessa referência comparativa.

Quanto à posição do RS frente a todas as UFs em termos de TI, o Estado possuía o quarto menor nível do indicador no 1.º trim./2021; no 1.º trim./2022, o RS havia passado a deter a quinta menor TI, uma vez que o PR registrou a quarta posição no *ranking* do indicador (**Gráfico 6**).

<sup>5</sup> De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma destas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

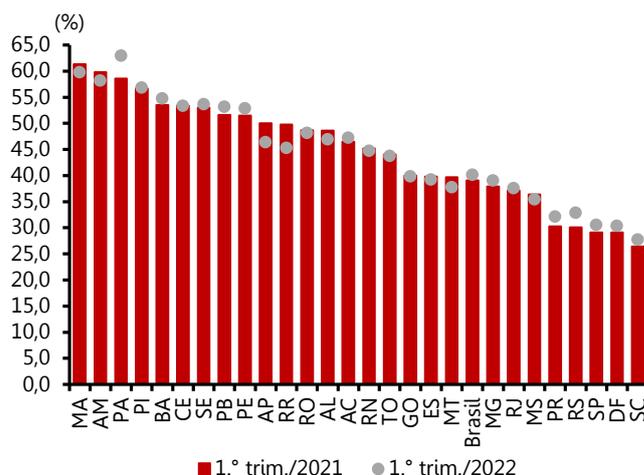
**Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

**Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2021 e 1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

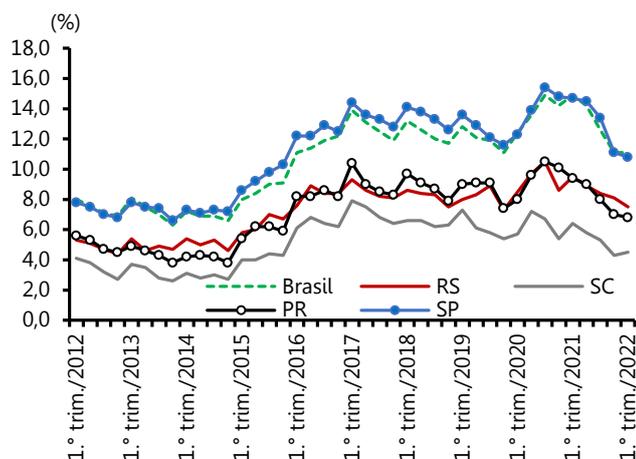
### 1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

De acordo com o que foi mostrado no número anterior deste boletim, a taxa de desocupação (TD) no RS vem passando por um processo gradativo de redução desde o 3.º trim./2020 (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022)<sup>6</sup>. No 1.º trim./2022, frente ao 4.º trim./2021, a TD manteve-se estável no RS (7,5%), em SC (4,5%), no PR (6,8%), em SP (10,8%) e no País (11,5%) — **Gráfico 7**. Já no cotejo interanual, o indicador evidenciou queda generalizada: -2,0 pon-

<sup>6</sup> Esse processo de redução da TD no Estado teve uma interrupção no 1.º trim./2021.

tos percentuais no RS, -1,9 ponto percentual em SC, -2,6 pontos percentuais no PR, -3,9 pontos percentuais em SP e -3,8 pontos percentuais no âmbito do País. Com base nesses movimentos, a TD no RS e nas suas referências comparativas selecionadas, no 1.º trim./2022, havia passado a se situar em nível inferior ao do 1.º trim./2019, período anterior ao dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

**Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

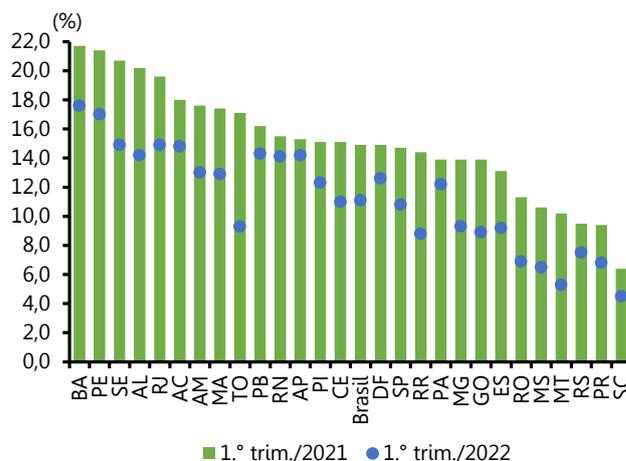
No que diz respeito à evolução da posição do RS no quadro geral das UFs, o Estado possuía a terceira menor TD no 1.º trim./2021. Conforme se pode constatar por meio do **Gráfico 8**, a sua situação relativa evidenciou piora, uma vez que passou a ter a sexta menor TD entre as UFs no 1.º trim./2022.

Uma característica que se destaca sobre a subutilização da FT na conjuntura recente do mercado de trabalho é a da incidência da desocupação de longo prazo (IDL<sup>7</sup>) — (IPEA, 2022). É possível perceber, por meio da inspeção do **Gráfico 9**, que os efeitos iniciais sobre o mercado de trabalho da recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 — principalmente no 2.º trim./2020 —, foram no sentido da redução da IDLP no RS e nas suas referências comparativas selecionadas, o que foi provocado por um aumento importante da TD naquele contexto. Posteriormente, esse indicador passou a se elevar, atingindo 46,4% no RS, no 2.º trim./2021 — trata-se do máximo global da série temporal para o Estado —, e 43,9% em SC, 43,7% no PR, 52,3% em SP e 48,4% no País, no 3.º trim./2021 — que correspondem aos máximos

<sup>7</sup> De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a IDLP corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

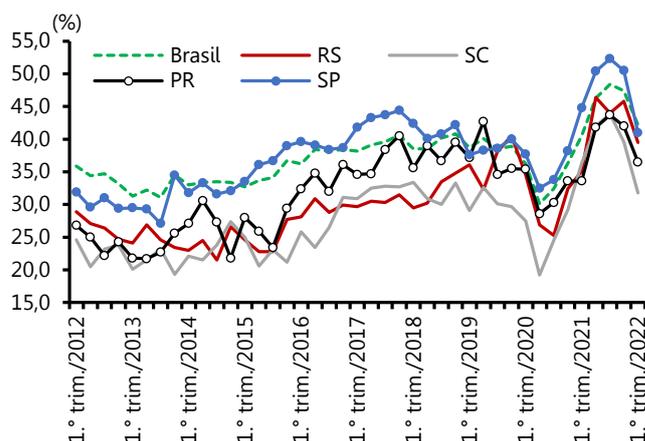
globais para cada uma das respectivas séries temporais. No 1.º trim./2022, a IDLP havia-se reduzido para 39,5% no RS, 31,8% em SC, 36,5% no PR, 41,0% em SP e 42,2% no plano nacional. Todavia, neste último trimestre, os níveis do indicador ainda estavam acima aos do 1.º trim./2019, com a exceção do PR. Tal evidência revela a situação de adversidade em que se encontra grande parte dos desocupados, uma vez que o período máximo de cobertura do seguro-desemprego no País é de cinco meses.

**Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2021 e 1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

**Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa a partir do 2.º trim./2020.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

O contingente de desocupados no 1.º trim./2022, frente ao 4.º trim./2021, ficou estável no RS (463 mil pessoas), em SC (181 mil pessoas), no PR (424 mil

peças), em SP (2,795 milhões pessoas) e no País (11,949 milhões de pessoas), uma vez que as suas oscilações não tiveram significância estatística (**Tabela 3**). A comparação interanual evidencia retração generalizada do contingente de desocupados: -18,1% no RS (menos 103 mil pessoas), -24,9% em SC, -25,8% no PR, -21,9% em SP e -21,7% no País. Conforme se pode constatar na **Tabela 3**, o RS e suas referências comparativas, no 1.º trim./2022, haviam reduzido os seus contingentes de desocupados para níveis inferiores aos do 1.º trim./2019, eliminando, portanto, os efeitos negativos decorrentes da pandemia de Covid-19 sobre essa medida de subutilização da FT.

**Tabela 3 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %		
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	4.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2022 4.º Trim./2021	1.º Trim./2022 1.º Trim./2021	
<b>Brasil</b>	13.651	13.148	15.257	12.011	11.949	-0,5	(1)	-21,7
RS .....	496	529	566	500	463	-7,3	(1)	-18,1
SC .....	285	223	241	172	181	5,7	(1)	-24,9
PR .....	550	487	571	435	424	-2,6	(1)	-25,8
SP .....	3.510	3.151	3.579	2.898	2.795	-3,5	(1)	-21,9

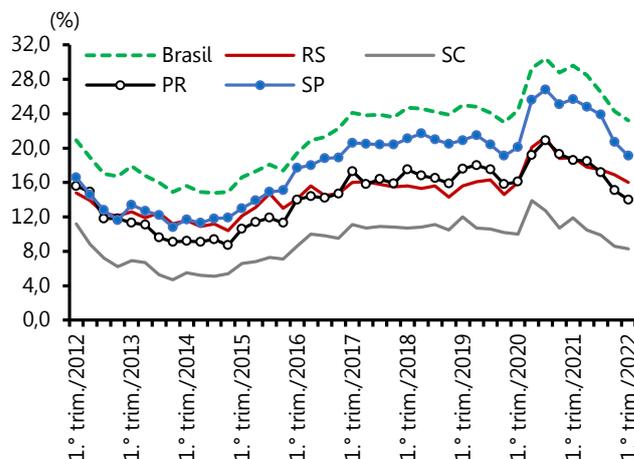
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Agora, tendo por referência a taxa composta de subutilização da FT (TCSFT)<sup>8</sup>, ao se cotejar o 4.º trim./2021 com o 1.º trim./2022, constata-se que esta ficou estável no RS (16,0%) e em SC (8,3%) e evidenciou queda no PR (de 15,1% para 14,0%), em SP (de 20,7% para 19,1%) e no País (de 24,3% para 23,2%) — **Gráfico 10**. No que se refere à comparação interanual do indicador, houve queda generalizada da TCSFT: -2,9 pontos percentuais no RS, -3,6 pontos percentuais em SC, -4,6 pontos percentuais no PR, -6,6 pontos percentuais em SP e -6,4 pontos percentuais no âmbito do País. Com exceção do RS, os demais estados da Região Sul, SP e o País observaram uma retração da TCSFT, no 1.º trim./2022, para níveis inferiores aos do 1.º trim./2019, ou seja, para o período anterior ao dos efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

<sup>8</sup> A taxa composta de subutilização da FT (TCSFT) é assim obtida:  $TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] \times 100$ . A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

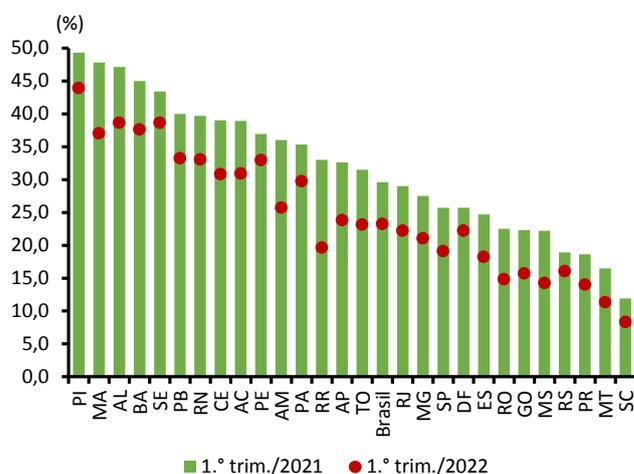
**Gráfico 10 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Quanto à posição do RS diante da totalidade das UFs em termos de evolução do nível da TCSFT, o Estado detinha a quarta menor TCSFT no 1.º trim./2021 (**Gráfico 11**). Já no 1.º trim./2022, a posição do RS evidencia uma deterioração relativa, uma vez que havia passado a deter a sétima menor TCSFT entre as UFs.

**Gráfico 11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2021 e 1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de pessoas que é medido pela TCSFT, na comparação do 1.º trim./2022 com o 4.º trim./2021, ficou estável no RS e em SC, e registrou queda no PR (-8,2%), em SP (-8,9%) e no País (-5,4%) — **Tabela 4**. Quando se compara o 1.º trim./2022 com o mesmo trimestre de 2021, verifica-se uma redução generalizada do contingente de pessoas que é medido pela TCSFT: -12,6% no RS (menos 149 mil pessoas), e, com maior intensidade, em SC (-27,9%), no PR (-23,7%), em SP (-23,8%) e no País (-20,3%). Em situa-

ção análoga à da desocupação, com exceção do RS, SC, PR, SP e o País haviam tido uma retração do contingente de pessoas subutilizadas na FT, no 1.º trim./2022, para níveis inferiores aos do 1.º trim./2019.

**Tabela 4 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)					VARIACÃO %		
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	4.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2022 4.º Trim./2021	1.º Trim./2022 1.º Trim./2021	1.º Trim./2022 1.º Trim./2021
<b>Brasil</b>	28.624	27.992	33.655	28.344	26.812	(1)-5,4	(1)-20,3	
RS .....	999	1.022	1.185	1.084	1.036	-4,4	(1)-12,6	
SC .....	483	398	468	350	338	-3,6	(1)-27,9	
PR .....	1.123	1.024	1.183	983	903	(1)-8,2	(1)-23,7	
SP .....	5.619	5.378	6.753	5.648	5.147	(1)-8,9	(1)-23,8	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

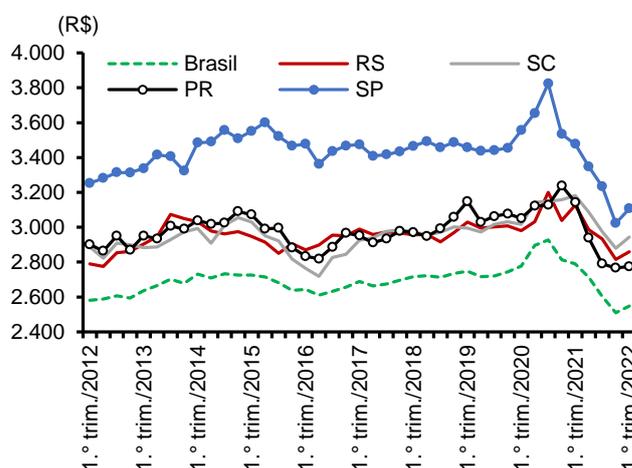
No ano de 2021, identificou-se um processo de redução do rendimento médio real habitual dos ocupados, com quedas substantivas na comparação do 4.º trimestre desse ano em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022). Em parte, esse desempenho negativo dos rendimentos reais foi influenciado pela aceleração inflacionária, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrando uma variação de 10,06% em 2021 no País, contra 4,52% em 2020.

No 1.º trim./2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, constata-se uma interrupção desse processo de redução do rendimento médio real habitual dos ocupados, com o indicador ficando estável no RS, em SC e no PR — as respectivas oscilações não tiveram significância estatística —, e registrando variações positivas em SP (2,8%) e no País (1,5%) — **Gráfico 12**. Já a comparação interanual evidencia uma queda expressiva e generalizada do rendimento médio real habitual: -8,6% no RS, -7,4% em SC, -11,7% no PR, -10,6% em SP e -8,7% no País<sup>9</sup>.

O rendimento médio real efetivo dos ocupados enquanto proporção ao habitual havia tido uma queda substantiva durante o pior momento dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho,

no 2.º trim./2020 (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021; CARVALHO, 2021). Após, essa proporção foi passando por um processo gradativo de recuperação. No 1.º trim./2022, o rendimento médio real efetivo dos ocupados enquanto proporção do habitual situava-se acima ao do mesmo trimestre de 2021 no RS (2,3 pontos percentuais), em SC (2,3 pontos percentuais), no PR (6,5 pontos percentuais), em SP (2,1 pontos percentuais) e no âmbito nacional (2,9 pontos percentuais) — **Gráfico 13**. Na comparação com o 1.º trim./2019 — ou seja, com um período anterior ao dos efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho —, esse indicador ainda se encontrava, no RS e em suas referências comparativas selecionadas, em um nível um pouco inferior.

**Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2022**

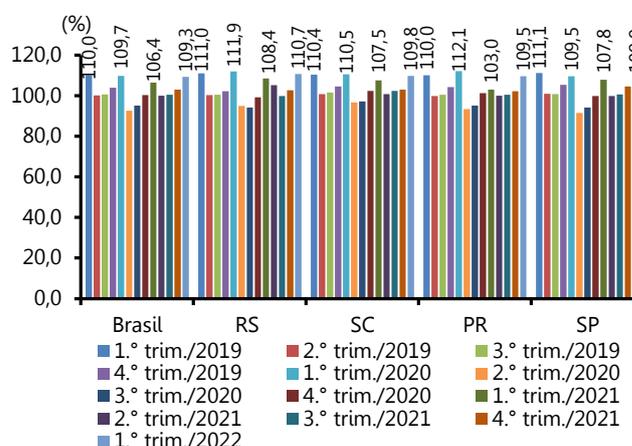


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.º trim./2022.

**Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

<sup>9</sup> A variação acumulada em 12 meses do IPCA no País, em março de 2022, foi de 11,30%.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados registrou variação positiva de 2,7% no RS e no PR, na comparação do 1.º trim./2022 com o 4.º trim./2021, enquanto, em SC, SP e no País, ficou estável (**Tabela 5**). Ao se cotejar o 1.º trim./2022 com o 1.º trim./2021, a situação da massa de rendimento real habitual dos ocupados do RS e de suas referências comparativas selecionadas foi a de estabilidade — as oscilações das respectivas séries temporais não tiveram significância estatística —, um resultado que apreende movimentos positivos dos contingentes de ocupados e negativos do rendimento médio real habitual. Por meio da inspeção das evidências contidas na **Tabela 5**, pode-se constatar que RS, PR, SP e o País mantinham, no 1.º trim./2022, níveis da massa de rendimento real habitual dos ocupados inferiores aos do 1.º trim./2019, período anterior ao dos efeitos econômicos provocados pela pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

**Tabela 5 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ milhões)					VARIACÃO %	
	1.º Trim./2019	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	4.º Trim./2021	1.º Trim./2022	1.º Trim./2022 4.º Trim./2021	1.º Trim./2022 1.º Trim./2021
<b>Brasil</b>	248.520	252.959	237.268	235.296	237.673	1,0	0,2
RS .....	16.604	16.438	16.213	15.467	15.892	(1) 2,7	-2,0
SC .....	10.364	10.873	11.023	10.788	11.057	2,5	0,3
PR .....	17.048	16.760	16.793	15.772	15.680	-0,6	-6,6
SP .....	76.320	79.393	71.708	69.365	71.236	(1) 2,7	-0,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 1.º trim./2022.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

De acordo com o que foi mostrado nesta seção, o comportamento predominante dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS e de suas referências comparativas — SC, PR, SP e o País —, no 1.º trim./2022, frente ao 4.º trim./2021, foi o de estabilidade, sendo exceção a taxa composta de subutilização da força de trabalho, na qual ocorreu redução no PR, em SP e no âmbito nacional.

Já no cotejo interanual, os movimentos predominantes, no RS e em suas referências comparativas, foram os de aumento da taxa de participação na força de trabalho, do nível de ocupação e da taxa de informalidade, e de redução da taxa de desocupação, da taxa composta de subutilização da força de trabalho e

do rendimento médio real habitual dos ocupados. Nessa base comparativa, portanto, a continuidade do processo de melhora de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho foi concomitante à expansão das inserções mais precárias — apreendida pela elevação da taxa de informalidade — e à queda do rendimento médio real habitual dos ocupados.

Foi destacado que, ao se comparar o 1.º trim./2022 com o 1.º trim./2019 — ou seja, com um período anterior ao dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho —, no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, a taxa de participação na força de trabalho ainda não havia se recuperado plenamente. O nível de ocupação do RS era levemente inferior ao do 1.º trim./2019, enquanto os de SC, PR, SP e o do Brasil, já superavam o patamar verificado desse indicador naquele trimestre. A taxa de desocupação no RS e nas suas referências comparativas estava abaixo da do 1.º trim./2019. Somente o RS não registrava uma taxa composta de subutilização da força de trabalho inferior à do 1.º trim./2019. E, por fim, o rendimento médio real habitual dos ocupados estava, no RS e nas suas referências comparativas, aquém do nível verificado no 1.º trim./2019.

## 2 A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Os dados analisados nesta seção provêm do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), base estatística do Ministério do Trabalho e Previdência, alimentada pelos registros administrativos de admissões e desligamentos de trabalhadores, informados, por exigência oficial, pelos empregadores. Dá-se, aqui, ênfase à série de 12 meses, para que se evitem distorções decorrentes dos comportamentos sazonais dos mercados de trabalho nos diferentes recortes territoriais e setoriais. Neste momento, a informação mais recente disponível refere-se a maio de 2022<sup>10</sup>.

### 2.1 A VARIAÇÃO DOS ESTOQUES NO RS, NAS DEMAIS UFs E AGREGADO DO PAÍS

Nos três meses que se seguiram ao último número deste boletim, a expansão do estoque dos vínculos formais de trabalho no Brasil e no Estado prosseguiu. Entre fevereiro e maio deste ano, o Brasil gerou 610,2 mil postos formais adicionais (um crescimento de 1,5%), enquanto o Rio Grande do Sul respondeu por 27 mil deles (variação menos expressiva, de 1,0%, no estoque do Estado). Já no acumulado dos cinco primeiros meses de 2022, o mercado formal gaúcho obteve um saldo de 66,7 mil novos empregos, crescimento de 2,6% — percentual, nesse caso, equivalente ao do agregado nacional (em que o número de vínculos de trabalho formal se elevou em 1,1 milhão).

Considerando-se o acumulado de 12 meses, aqui priorizado, constata-se expansão do emprego formal, no País e em todas as 27 UFs. Para o agregado nacional, a variação atingiu 6,8% (2,7 milhões de vínculos adicionais de trabalho formal). O estado que obteve o mais expressivo crescimento relativo foi o Amapá (11,6%), seguido por outras três UFs da Região Norte: Roraima, Acre e Amazonas (percentuais entre 10,3% e 9,8%). Juntos, no entanto, esses estados produziram um saldo de apenas 62,8 mil novos empregos, o equivalente a 2,4% do volume de vínculos criados no País. De qualquer forma, a grande maioria das UFs, 19 delas, apresentou variação mais expressiva do que o Brasil em seu conjunto (**Tabela 6**).

Com crescimentos inferiores aos 6,8% nacionais, nove estados, entre os quais comparecem cinco dos seis mais relevantes, pelo critério das dimensões de seus mercados formais, responderam — em que pese à desvantagem relativa — por 67,2% do saldo de empregos do País.

A UF com mais baixo crescimento percentual do emprego nos últimos 12 meses (5,5%) foi o Rio Grande do Sul — quinto maior mercado formal de trabalho do Brasil, segundo os estoques estimados para maio de 2022, tendo gerado o sétimo maior saldo de vínculos formalizados nos últimos 12 meses.

**Tabela 6 - Saldo, variação e estoque do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — maio/2021-maio/2022**

PAÍS E UFs	MAIO/21-MAIO/22		MAIO/22
	Saldo	Variação %	Estoque
<b>Brasil</b> .....	2.655.840	6,8	39.074.018
Amapá .....	7.598	11,6	65.755
Roraima .....	6.216	10,3	60.227
Acre .....	8.078	9,9	81.997
Amazonas .....	40.956	9,8	416.549
Mato Grosso .....	67.663	9,0	751.748
Goiás .....	112.695	8,9	1.261.383
Alagoas .....	29.900	8,9	335.038
Paraíba .....	34.404	8,5	403.117
Maranhão .....	41.955	8,4	497.178
Bahia .....	137.830	8,0	1.722.728
Espírito Santo .....	59.408	8,0	743.883
Rondônia .....	18.715	7,9	235.888
Distrito Federal .....	60.612	7,6	796.883
Tocantins .....	14.524	7,6	191.082
Ceará .....	85.121	7,6	1.126.583
Mato Grosso do Sul .....	40.178	7,3	547.766
Pará .....	56.160	7,2	778.539
Rio Grande do Norte .....	29.364	7,1	412.590
Rio de Janeiro .....	209.863	6,8	3.101.755
Minas Gerais .....	270.682	6,5	4.145.007
Pernambuco .....	77.995	6,4	1.213.305
São Paulo .....	767.216	6,3	12.173.731
Santa Catarina .....	136.392	6,2	2.200.895
Piauí .....	17.383	6,0	289.291
Sergipe .....	15.208	5,7	268.879
Paraná .....	153.909	5,6	2.735.114
<b>Rio Grande do Sul</b> .....	<b>136.166</b>	<b>5,5</b>	<b>2.491.403</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: 1. Omitem-se, nesta tabela, os dados computados como "UF não identificada", razão pela qual o total para o País não é idêntico à soma dos resultados das UFs.

2. Os resultados mensais referem-se ao último dia de cada mês.

<sup>10</sup> O número de empregados, ou estoque, informado considera sempre o último dia de cada mês.

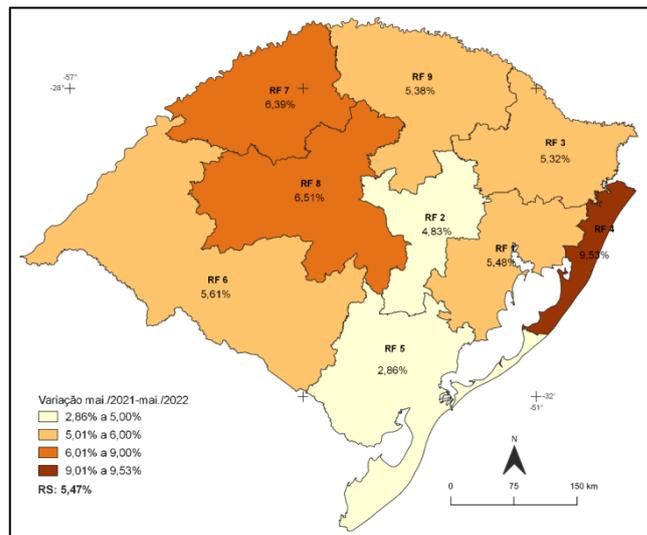
## 2.2 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO NAS REGIÕES E NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

O crescimento de 5,5% do número de vínculos formalizados de trabalho, nos últimos 12 meses, é a expressão agregada de desempenhos consideravelmente diferenciados entre as regiões do Rio Grande do Sul. Tomando-se a divisão do Estado em nove Regiões Funcionais (RFs), constata-se que todas elas apresentaram variação positiva, o que se tem repetido nas sucessivas publicações deste boletim; uma vez mais, porém, a dispersão dos resultados é acentuada: de maio de 2021 a maio de 2022, o emprego formal teve seu crescimento mais baixo, de 2,9%, na RF5 (Sul), enquanto o mais expressivo, registrado na RF4 (Litoral), foi mais de três vezes superior, atingindo 9,5% (**Mapa 1**). Essas têm sido as duas regiões que se destacam, negativa e positivamente, ao longo de toda a série do Novo Caged, iniciada em janeiro de 2020. Os fatores que vêm diferenciando negativamente o desempenho da Região Sul precedem a pandemia e se associam ao revés do projeto do Polo Naval que se esboçava para aquele território, com a desativação de diversos empreendimentos que se haviam estabelecido ou expandido em função dessa expectativa. Já o Litoral vem apresentando considerável dinamismo por uma tendência, já detectável há pelo menos uma década, de crescimento demográfico, com a fixação de população proveniente de outras regiões do RS, e uma sustentada expansão de atividades associadas a esse movimento — que parece ter sido favorecido pelo contexto da emergência sanitária.

As variações mais baixas, após os 2,9% da RF5, ocorreram na RF2 (Vales), com 4,8%, e na RF3 (Serra), com 5,3%, resultado já bastante próximo aos 5,5% do agregado do mercado formal gaúcho. Com os melhores desempenhos, após o do Litoral, encontra-se, na segunda posição, a RF8 (Central), com 6,5% de expansão, 3 pontos percentuais abaixo da primeira colocada; a RF7 fica em terceiro lugar por pequena diferença, já que seu crescimento é de 6,4%.

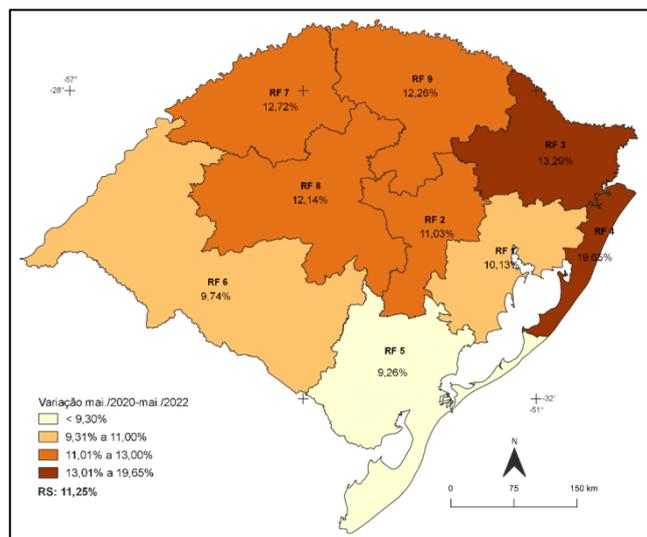
Quando se acumulam os resultados dos 24 meses (**Mapa 2**), entre maio de 2020 (no pior trimestre da série estatística, quando da eclosão da pandemia de Covid-19 no Brasil) e o mesmo mês de 2022, a expansão do emprego no Estado atinge 11,2%; a RF4 lidera novamente, com 19,6%, enquanto a RF5 fica, uma vez mais, na última posição, com 9,3%. Nesse intervalo de dois anos, o segundo melhor desempenho foi da RF3 (Serra), com 13,3%, seguindo-se a RF7 (Noroeste), com 12,7%.

**Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — maio/2021-maio/2022**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

**Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — maio/2020-maio/2022**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Quanto aos resultados relativamente menos favoráveis, no acumulado de 24 meses, o segundo pior desempenho, superando apenas os 9,3% da RF5, foi o da RF6 (Campanha), com 9,7%; seguindo-se a RF1 (Metropolitana), com 10,1%. Podem-se associar os desempenhos menos favoráveis dessas duas últimas regiões a fatores que voltaram a pesar negativamente contra a economia do Estado, no período mais recente, mas que foram especialmente agudos nos primeiros 12 meses considerados: a estiagem afetou especialmente a Campanha, em que a agropecuária desfruta de maior participação e tem influência mais direta no conjunto do sistema produtivo; já a retração dos setores de serviços e comércio, associada ao isolamento social que caracterizou, sobretudo, o primeiro

momento da pandemia, teve impacto especialmente relevante na Região Metropolitana e em seu entorno, dado o perfil mais fortemente terciário de sua estrutura produtiva.

Fixando-se a atenção no período de 12 meses encerrado em maio último e observando-se os resultados dos municípios do Estado, constata-se que, dos 497, oito não tiveram qualquer variação do estoque de empregados; 63 passaram por retração; os demais, 426 ao todo, tiveram saldo positivo de pelo menos um vínculo formalizado de trabalho.

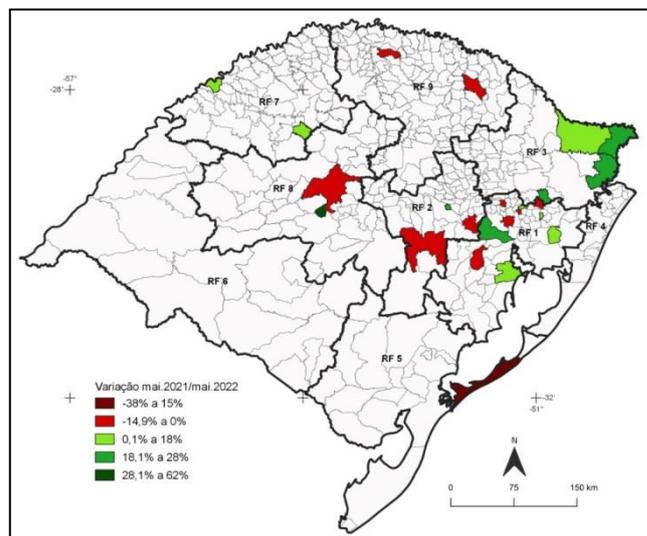
O desempenho mais adverso, tanto em número de empregos eliminados quanto em termos relativos, ocorreu, não surpreendentemente, em um município da RF5, São José do Norte, em que 2,1 mil empregos vínculos formais foram extintos, derrubando o estoque de 5.555 em maio de 2021 para 3.466 no mesmo mês deste ano — nada menos do que 37,6% de redução. Esse corte dramático processou-se na indústria de transformação (IT), mais precisamente no segmento de fabricação de embarcações (cujas retração, em São José do Norte, é praticamente idêntica, 2,1 mil vínculos, à do emprego total do município). Esse é um quadro que não encontra paralelo em nenhum dos outros 496 municípios gaúchos. Para que se tenha uma ideia, a segunda maior retração, em número de vínculos, registrou-se em Tupandî, com um saldo negativo de 138 postos de trabalho. Já no que diz respeito à variação percentual, Ibarama também sofreu um impacto drástico, com a eliminação de 42 vínculos formais, o que representou 30,0% de encolhimento de seu mercado formal (o qual, no entanto, se limitava a 98 postos de trabalho legalizados em maio último).

Dada a fragilidade estatística de se considerarem as variações percentuais de mercados de trabalho tão diminutos, optou-se por analisar os municípios gaúchos com ao menos 1 mil empregos formais registrados em maio de 2022 (o que reduz o universo a 216). Com esse critério, logo após São José do Norte, a segunda maior retração percentual (**Mapa 3**) ocorreu em Lindolfo Collor (-5,5%), seguindo-se Santa Maria do Herval (-4,9%).

Os maiores crescimentos absolutos do emprego formal, entre maio de 2021 e maio de 2022, verificaram-se, como seria de se esperar, nos mercados de trabalho mais populosos: Porto Alegre (mais 19,2 mil) e Caxias do Sul (mais 7,4 mil) ficaram nas duas primeiras posições, as mesmas que ocupam na distribuição do estoque de empregos (considerando-se maio de 2022 como referência). Novo Hamburgo (mais 6,9 mil) foi o terceiro colocado, embora seja o quarto maior mercado; Passo Fundo (mais 5,2 mil) ficou em quarto lugar, sendo o quinto em estoque; Canoas, terceiro

maior contingente de empregados formais, gerou o quinto maior saldo nos 12 meses analisados (mais 4,3 mil). Gramado (mais 3,5 mil) foi o município que mostrou maior discrepância entre seu desempenho na geração de vínculos formais nos últimos 12 meses (sexto lugar, com mais 3,5 mil) e sua posição no ordenamento por magnitude dos estoques (24.<sup>a</sup>), o que expressa o dinamismo com que se posicionou na retomada das atividades de comércio e serviços. Os Municípios de Santa Maria e Pelotas geraram números muito próximos, entre si, de empregos (mais 3 mil), mas o primeiro superou o segundo por pequena diferença e, com isso, ficou em sétimo lugar nos dois *rankings*. Pelotas, sexto maior contingente de empregados formais, produziu, em decorrência, o oitavo maior saldo.

**Mapa 3 - Municípios em que ocorreram as variações percentuais extremas do emprego formal no Rio Grande do Sul — maio/2021-maio/2022**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Voltando-se ao critério da variação relativa do número de postos formais de trabalho (**Mapa 3**), com o recorte dos municípios com ao menos 1 mil empregados ao final do período analisado, sobressaem pequenos mercados: em Itaara, que saltou de 975 para 1.584 vínculos, a variação foi de nada menos que 62,5%. Na sequência, em Mato Leitão, com um saldo de 248 empregos, o percentual atingiu 27,6%. O terceiro maior crescimento relativo foi de um município já bastante maior, Triunfo (12,8 mil postos, em maio último), que cresceu 24,1% nos últimos 12 meses (mais 2,5 mil empregos). Seguem-se mais dois municípios pequenos, e a sexta colocação foi a do já mencionado Município de Gramado, aquele com maior número de empregados (19,4 mil) entre os que lideram esse ordenamento baseado no crescimento rela-

tivo. Sua variação foi de 21,7%, a sexta mais alta, lembrando-se que, também pelo critério de número de novos empregos, Gramado desfrutou da mesma posição, como já foi referido.

## 2.3 O DESEMPENHO SETORIAL

Nos 12 meses analisados, dos 163,2 mil empregos adicionais gerados no Rio Grande do Sul, a maior parcela, 64,5 mil — o equivalente a 47,5% — integrava o setor serviços (que, no último mês disponível, respondia por 41,2% do estoque de vínculos no Estado). O segundo e o terceiro lugar, no saldo do período, foram da indústria (34,2 mil) e do comércio (26,9 mil), que também repetem, aqui, suas posições na estrutura setorial do mercado formal em maio último (**Tabela 7**).

**Tabela 7 - Estoque, variação e saldo do emprego formal no Rio Grande do Sul — maio/2020-maio/2022**

GRANDE SETOR	ESTOQUE		
	Maio/20	Maio/21	Maio/22
Agropecuária .....	83.295	87.482	89.469
Comércio .....	560.147	594.279	621.217
Construção .....	108.224	115.017	123.495
Indústria .....	614.525	676.056	710.282
Serviços .....	995.726	1.018.569	1.083.106
<b>Total .....</b>	<b>2.361.917</b>	<b>2.491.403</b>	<b>2.627.569</b>

GRANDE SETOR	VARIÇÃO %		MAIO/22 MAIO/21	
	Maio/21 Maio/20	Maio/22 Maio/20	Saldo	Varição %
	Agropecuária .....	5,0	7,4	1.987
Comércio .....	6,1	10,9	26.938	4,5
Construção .....	6,3	14,1	8.478	7,4
Indústria .....	10,0	15,6	34.226	5,1
Serviços .....	2,3	8,8	64.537	6,3
<b>Total .....</b>	<b>5,5</b>	<b>11,2</b>	<b>136.166</b>	<b>5,5</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: Os resultados mensais referem-se ao último dia de cada mês.

Em variação relativa, no período, a construção liderou, com 7,4% de expansão (8,5 mil vínculos adicionais). Serviços, por esse critério, ficou em segundo lugar, com 6,3%. Os outros três setores considerados, nessa subdivisão mais agregada (grande setor), registraram crescimentos inferiores ao do total de atividades econômicas (5,5%): com o desempenho mais fraco, a agropecuária expandiu em 2,3% seu contingente; o comércio, em 4,5%, e a indústria, em 5,1%.

Esses resultados setoriais contrastam fortemente com os dos 12 meses anteriores. Entre maio de 2020 e

o mesmo mês de 2021, a variação do emprego total do Rio Grande do Sul foi a mesma verificada nos últimos 12 meses disponíveis (5,5%). Naquele período, entretanto, o destaque absoluto foi para a indústria, com 10% de variação e o maior saldo absoluto, correspondendo a 47,5% do total. Serviços, por sua vez, teve, então, o mais baixo crescimento relativo (2,3%) e participação de apenas 17,6% no saldo de empregos criado, pela razão, já acenada acima, de que as atividades terciárias se ressentiram especialmente do isolamento social então largamente praticado. Quando se acumulam as variações desses 24 meses, entre maio de 2020 e maio de 2022, é ainda a indústria a ostentar a maior expansão do emprego formal (15,6%), seguida de perto pela construção (14,1%), tendo-se presente que este último setor respondia por apenas 4,7% do emprego gaúcho no último mês disponível da série do Novo Caged. Já o serviços fica com 8,8% de variação, superando apenas a agropecuária (7,4%) e crescendo bem abaixo do total do emprego do Rio Grande do Sul (11,2%).

Desagregando-se essa análise em 21 seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e iniciando-se pelos 12 meses mais recentes, constata-se que os sete maiores crescimentos percentuais do emprego ocorreram em segmentos de serviços (**Tabela 8**). O grande destaque<sup>11</sup> é de alojamento e alimentação, com 17,2% de aumento em seu contingente formalizado (e um saldo de 13,3 mil postos). Esse segmento liderou as perdas de emprego nos primeiros meses da emergência sanitária e fechou os 12 meses anteriores aos aqui analisados com variação de -6,5%. Seguem-se, pelo critério de variações relativas: artes, cultura, esporte e recreação (14,7%, após perda de 6,9% nos 12 meses anteriores); informação e comunicação (10,7%, repetindo, nesse caso, o percentual de crescimento do período maio/2020-maio/2021); atividades imobiliárias (8,5%, ampliando a elevação de 8% do ciclo anterior); educação (7,8%, mais do que compensando os -3,9% dos 12 meses anteriores); atividades profissionais, científicas e técnicas (7,7%, que incidem sobre os 8,9% de elevação, no período precedente). Somente na oitava posição encontra-se uma atividade secundária, construção, com 7,4% de expansão entre maio de 2021 e o mesmo mês do corrente ano. A indústria de transformação foi a décima colocada, com crescimento relativo ligeiramente inferior ao do total das atividades (5,4% *versus* 5,5%).

<sup>11</sup> Optou-se por desconsiderar a seção serviços domésticos, pelo caráter residual de seu estoque de vínculos na base — o qual passou de 72 para 113 vínculos formais no período analisado.

**Tabela 8 - Estoques, variações e saldo do emprego formal, segundo seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — maio/2020-maio/2022**

SEÇÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE		
	Maio/20	Maio/21	Maio/22
Serviços domésticos .....	59	72	113
Alojamento e alimentação .....	82.938	77.577	90.906
Artes, cultura, esporte e recreação .....	13.710	12.767	14.641
Informação e comunicação .....	56.244	62.247	68.937
Atividades imobiliárias .....	11.217	12.118	13.151
Educação .....	100.066	96.167	103.703
Atividades profissionais, científicas e técnicas .....	59.952	65.270	70.288
Construção .....	108.224	115.017	123.495
Atividades administrativas e serviços complementares .....	194.771	206.023	219.273
Indústrias de transformação .....	584.718	645.689	680.767
Outras atividades de serviços .....	51.059	51.002	53.504
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais .....	70	65	68
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas .....	560.147	594.279	621.217
Transporte, armazenagem correio .....	149.718	148.013	154.533
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados .....	52.838	52.871	55.172
Indústrias extrativas .....	5.652	5.792	6.003
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura .....	83.295	87.482	89.469
Saúde humana e serviços sociais .....	169.673	181.144	184.795
Administração pública, defesa e seguridade social .....	53.411	53.233	54.022
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação .....	14.129	14.665	14.485
Eletricidade e gás .....	10.026	9.910	9.027
<b>Total .....</b>	<b>2.361.917</b>	<b>2.491.403</b>	<b>2.627.569</b>

SEÇÕES DA CNAE 2.0	Variação %		Maio/22 Maio/21	
	Maio/21	Maio/22	Saldo	Variação %
	Maio/20	Maio/20		
Serviços domésticos .....	22,0	91,5	41	56,9
Alojamento e alimentação .....	-6,5	9,6	13.329	17,2
Artes, cultura, esporte e recreação .....	-6,9	6,8	1.874	14,7
Informação e comunicação .....	10,7	22,6	6.690	10,7
Atividades imobiliárias .....	8,0	17,2	1.033	8,5
Educação .....	-3,9	3,6	7.536	7,8
Atividades profissionais, científicas e técnicas .....	8,9	17,2	5.018	7,7
Construção .....	6,3	14,1	8.478	7,4
Atividades administrativas e serviços complementares .....	5,8	12,6	13.250	6,4
Indústrias de transformação .....	10,4	16,4	35.078	5,4
Outras atividades de serviços .....	-0,1	4,8	2.502	4,9
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais .....	-7,1	-2,9	3	4,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas .....	6,1	10,9	26.938	4,5
Transporte, armazenagem correio .....	-1,1	3,2	6.520	4,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados .....	0,1	4,4	2.301	4,4
Indústrias extrativas .....	2,5	6,2	211	3,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura .....	5,0	7,4	1.987	2,3
Saúde humana e serviços sociais .....	6,8	8,9	3.651	2,0
Administração pública, defesa e seguridade social .....	-0,3	1,1	789	1,5
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação .....	3,8	2,5	-180	-1,2
Eletricidade e gás .....	-1,2	-10,0	-883	-8,9
<b>Total .....</b>	<b>5,5</b>	<b>11,2</b>	<b>136.166</b>	<b>5,5</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: Os resultados mensais referem-se ao último dia de cada mês

Apenas duas dessas 21 seções apresentaram redução de contingente formalmente empregado, ambas ligadas a atividades infraestruturais: água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação perdeu 1,2% dos seus vínculos; eletricidade e gás retraiu-se em 8,9%. Um fator relevante a afetar negativamente esses segmentos foi a estiagem.

Quando se tomam as variações em números de vínculos — considerando-se, ainda, as 21 seções da CNAE 2.0 e o período de maio de 2021 a maio último —, é a indústria de transformação que lidera, com 35,1 mil postos adicionais, seguida por comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (26,9 mil). O terceiro maior acréscimo foi de alojamento e alimentação, com os 13,3 mil vínculos já referidos.

Tendo em vista esse destaque da indústria de transformação entre as seções da CNAE 2.0, considerou-se oportuno desagregá-la, a partir do nível seguinte, o das divisões da CNAE 2.0 (**Tabela 9**). As atividades da IT com melhores desempenhos relativos nos últimos 12 meses foram manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (17,3%); preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (13,1%); metalurgia (12,9%); e fabricação de máquinas e equipamentos (11,7%). Pelo critério de número de postos formalizados adicionais, no mesmo período, reencontra-se, dessa vez em primeira posição entre as da IT, a divisão que abarca o segmento coureiro calçadista (mais 11,2 mil vínculos); em seguida, fabricação de máquinas e equipamentos (mais 7,6 mil); fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (mais 3,1 mil); e fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (mais 2,3 mil).

Os dois únicos resultados negativos ocorreram em fabricação de produtos do fumo (-955 mil empregos, uma variação negativa de 6%) e em fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (uma drástica redução de 51,0%, com a eliminação de 2,1 mil vínculos formais), que é a divisão da CNAE 2.0 em que se classificam as empresas produtoras de embarcações, anteriormente referidas, quando se tratou da RF5 e dos resultados específicos de São José do Norte.

**Tabela 9 - Estoque, saldo e variação do emprego formal nas divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) que integram a indústria de transformação do Rio Grande do Sul — maio/2021-maio/2022**

DIVISÕES DA CNAE 2.0	MAIO/22	MAIO/22 MAIO/21	
	Estoque	Variação %	Saldo
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados .....	96.414	13,1	11.201
Fabricação de máquinas e equipamentos	72.690	11,7	7.596
Fabricação de veículos automotores, rebocues e carrocerias .....	41.460	8,1	3.116
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos .....	60.410	3,9	2.271
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos .....	13.920	17,3	2.054
Confecção de artigos do vestuário e acessórios .....	20.353	8,0	1.514
Fabricação de produtos de madeira .....	16.830	9,2	1.411
Fabricação de móveis .....	37.669	3,5	1.287
Metalurgia .....	11.221	12,9	1.281
Fabricação de produtos alimentícios .....	139.420	0,7	944
Fabricação de produtos têxteis .....	9.329	10,4	875
Fabricação de bebidas .....	8.142	10,1	747
Fabricação de produtos químicos .....	18.855	3,8	687
Fabricação de produtos diversos .....	15.358	4,6	670
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico .....	40.136	1,5	588
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos .....	11.223	4,4	472
Fabricação de produtos de minerais não metálicos .....	19.156	2,4	449
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos .....	9.612	4,6	426
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel .....	11.552	3,3	372
Impressão e reprodução de gravações .....	5.932	1,9	112
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis .....	1.931	3,9	72
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos .....	2.162	0,5	11
Fabricação de produtos do fumo .....	14.953	-6,0	-955
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores ....	2.039	-51,0	-2.123
<b>Total da indústria de transformação .....</b>	<b>680.767</b>	<b>5,4</b>	<b>35.078</b>

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: Os resultados mensais referem-se ao último dia de cada mês

## 2.4 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL

Entre maio de 2021 e maio de 2022, os 136.166 vínculos de trabalho adicionados ao estoque do emprego formal do Rio Grande do Sul distribuíram-se, entre os homens e as mulheres, com alguma vantagem para estas últimas, que ocuparam 55,5% desses postos (75,5 mil, face aos 60,6 mil preenchidos por indivíduos do sexo masculino). Essa participação das mulheres no saldo dos últimos 12 meses é bem superior à que desfrutavam na última edição da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (também do Ministério do Trabalho e Previdência), referente ao ano de 2020. Ao final de 2020, no Estado, a força de traba-

lho feminina ocupava 46,2% dos postos formais (**Tabela 10**). O movimento dos últimos 12 meses afina-se com a gradativa melhora na distribuição do emprego formal entre os gêneros, que a série mais longa da RAIS permite identificar como tendencial.

**Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo em maio/2021-maio/2022 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2020, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul**

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED MAIO/22 MAIO/21		RAIS 2020 (31/DEZ)
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
<b>Sexo (total) .....</b>	<b>136.166</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Homens .....	60.631	44,5	53,8
Mulheres .....	75.535	55,5	46,2
<b>Faixa etária (total) .....</b>	<b>136.166</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 18 anos .....	31.774	23,3	1,0
De 18 a 24 anos .....	77.007	56,6	13,6
De 25 a 29 anos .....	15.016	11,0	13,5
De 30 a 39 anos .....	11.712	8,6	29,2
De 40 a 49 anos .....	9.343	6,9	23,1
De 50 a 64 anos .....	-5.090	-3,7	17,9
65 ou mais .....	-3.596	-2,6	1,7
<b>Escolaridade (total) .....</b>	<b>136.166</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Analfabeto .....	833	0,6	0,2
Fundamental incompleto .....	7.052	5,2	10,4
Fundamental completo .....	6.255	4,6	9,2
Médio incompleto .....	24.505	18,0	7,6
Médio completo .....	83.360	61,2	44,5
Superior incompleto .....	7.216	5,3	6,2
Superior completo .....	6.945	5,1	21,8

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

RAIS (BRASIL, 2021).

Nota: Os resultados mensais do Novo CAGED referem-se ao último dia de cada mês; a informação da RAIS refere-se ao último dia do ano.

No que tange à idade dos indivíduos que ingressaram nos postos criados, observa-se que os jovens continuam representando uma parcela extremamente elevada. Os menores de 18 anos responderam por 23,3% do saldo dos últimos 12 meses no Estado; se somados aos 56,6% de participação dos trabalhadores de 18 a 24 anos, atingem-se 79,9%. Na estrutura da RAIS de 2020, essas duas faixas etárias, em conjunto, correspondiam a apenas 14,7% do universo de empregados formais. Por outro lado, tomando-se conjuntamente as faixas de 30 a 39 e de 40 a 49 anos, forma-se a maioria absoluta (52,3%) dos trabalhadores computados pela RAIS 2020, mas apenas 15,5% dos empregos adicionados ao mercado formal gaúcho nos últimos 12 meses disponíveis. O saldo entre admissões e desligamentos, para os trabalhadores com 50 anos ou mais, foi negativo (-8,7 mil vínculos), entre maio de 2021 e o mesmo mês do corrente ano, ao passo que esses indivíduos compunham cerca de

um quinto (19,6%) do universo de empregados ao final de 2020, segundo a RAIS.

É importante ter-se presente que o Novo Caged — da mesma forma que o Caged, que o precedeu — não é, como o próprio Ministério que o produz enfatiza, uma fonte adequada para que se apreenda com acuidade o **estoque** de empregados formais; enfoca, sobretudo, o fluxo de ingressos e saídas de indivíduos nesse segmento do mercado de trabalho. Dessa forma, o trabalhador que não tem nenhuma dessas modalidades de eventos (admissão ou desligamento) em sua trajetória, durante um determinado período, não será computado pelo Caged. A idade é um atributo do trabalhador cuja análise é especialmente sensível a esse fato, uma vez que, logicamente, a cada ano, a idade de um indivíduo que permaneça no mesmo vínculo de trabalho avançará — e, periodicamente, o fará mudar de faixa etária. Por isso, as indicações do Novo Caged quanto a essa dimensão da análise são bastante aproximativas e imprecisas, não compatíveis diretamente com as informações da RAIS<sup>12</sup>. Ainda assim, parecem eloquentes as indicações de que, em um contexto de elevado desemprego e em um mercado de trabalho historicamente caracterizado por altas taxas de rotatividade, as oportunidades para o ingresso ou reingresso de indivíduos a partir dos **25 anos** são — sistemática e progressivamente, conforme avança a idade — inferiores, em termos relativos, ao peso que eles detêm na estrutura etária do mercado formal de trabalho.

A mesma cautela deve cercar a análise da escolaridade, embora as alterações da situação de cada trabalhador nesse quesito sejam bem menos universais e cadenciadas do que o avanço da idade. Pode-se ter mais confiança ao reconhecer a tendência de estreitamento de oportunidades ocupacionais formais para os indivíduos menos escolarizados quando se constata que apenas 10,4% do saldo de empregos gerado no RS, entre maio de 2021 e o mesmo mês deste ano, corresponderam ao ingresso de indivíduos com escolaridades até o ensino fundamental completo (inclusive), enquanto a participação dessa faixa ampliada atingia 19,8%, na última RAIS. Por outro lado, não se identifica a expansão do segmento com maior número de anos de estudo completos: aqui

<sup>12</sup> Até por isso, o Novo Caged não apresenta estimativas de estoque de empregados segundo esses atributos pessoais dos indivíduos. Aborda-se aqui, dada a alta relevância dessa problemática, a distribuição dos saldos de emprego segundo as categorias em que se classificam cada um desses atributos (sexo, idade e escolaridade).

também foi de 10,4% a participação dos indivíduos com ensino superior incompleto ou completo no saldo de 136,2 mil postos verificado no Estado, proporção muito inferior aos 28,0% que esses níveis de escolaridade, conjuntamente, representavam na estrutura do emprego formal gaúcho ao final de 2020. O perfil típico dos trabalhadores incorporados a esse mercado em 2022 foi o de indivíduos com ensino médio completo ou incompleto, que corresponderam a 79,2% do saldo, bem mais do que os 52,2% de sua participação na RAIS de 2020. Essa “zona intermediária” da distribuição da escolaridade parece estar sendo privilegiada, em detrimento tanto dos trabalhadores com menor número de anos de estudo completo quanto daqueles com maiores níveis de educação formal.

## 2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DOS ADMITIDOS E DOS DESLIGADOS

Em consonância com o que foi acima ponderado — quanto ao alcance do Novo Caged, que se restringe às informações sobre aqueles indivíduos que iniciaram ou tiveram terminado algum vínculo de emprego formal durante o período de referência —, os dados que essa base fornece, relativamente aos rendimentos dos trabalhadores, limitam-se aos salários de admissão e de desligamento<sup>13</sup>.

No Rio Grande do Sul, em maio último, o salário médio de ingresso em um vínculo formal situava-se em R\$ 1.740,49. Esse valor correspondia a 92% da média praticada no agregado do Brasil, no mesmo mês (R\$ 1.894,85). Ademais, assinalava um recuo de 6,7% na comparação com o mesmo mês de 2021, tomando-se a série deflacionada, e de 10,9%, se o cotejo fosse com o valor de maio de 2020. Para o Brasil, houve também retrações, nos dois casos, até mesmo um pouco mais intensas: de -7,0% e -12,7%, respectivamente. Dessa forma, a razão entre o salário de admissão no mercado formal gaúcho e a média do agregado nacional passou de 88,7% em maio de 2020 para 91,5% no mesmo mês de 2021, e finalmente 91,9%, no último mês disponível da série.

Os salários médios de desligamento, tanto no nível nacional quanto no estadual, não são, ao longo da série (que se iniciou em janeiro de 2020), muito dis-

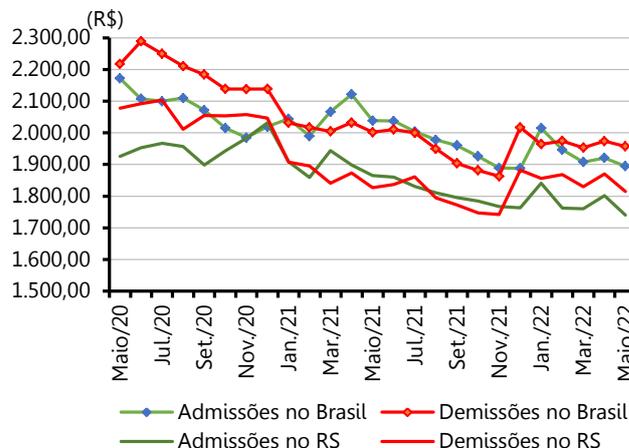
<sup>13</sup> Registre-se o agradecimento ao colega Sérgio Leusin Júnior, pelas orientações e o apoio no tratamento dos microdados da base, tendo-se presente que as informações sobre salários não constam do Painel de Informações do Novo Caged, acessível *online* pelo sistema Power BI.

tantes daqueles de admissão. No caso do agregado do Brasil, o ponto de maior diferença, em favor do valor de saída do vínculo, foi de 9%. Para o RS, o máximo foi de 10%. Em inúmeros meses da série, em ambos os recortes territoriais, os trabalhadores tiveram seus vínculos extintos com remunerações médias inferiores às dos ingressantes — desvantagem que chegou a até 8% para o País e a 5% no Estado. Em um mercado de trabalho ideal, com vínculos de emprego duradouros e postos que oportunizem e remunerem o acúmulo de competências pelo trabalhador, é de se esperar uma distância bem mais significativa entre salários de admissão e de desligamento, sempre em favor destes últimos. Os altos níveis de desemprego, a rotatividade como estratégia defensiva por parte dos empregadores e a efemeridade de muitos empreendimentos em contextos de instabilidade econômica e/ou institucional são alguns dos fatores que contribuem para que essa dinâmica modelar não se verifique na realidade.

O salário médio de desligamento, no RS, em maio último, situava-se em R\$ 1.814,43, superando em 4% o salário de admissão do mesmo mês; muito próximo (diferença, para menos, inferior a 1%) ao de 12 meses antes, e 13,3% abaixo do valor praticado em maio de 2020.

O **Gráfico 14** permite identificar comportamentos consideravelmente homólogos das linhas de salários iniciais e finais no Estado e no País. A tendência dessas remunerações afigura-se decrescente. Cabe referir o aspecto da sazonalidade, aqui não controlado, a ser levado em consideração. Por fim, vale registrar que a série do Novo Caged coincide quase inteiramente com a da epidemia da Covid-19, captando um período repleto de especificidades e de oscilações com condicionantes distintos daqueles de conjunturas anteriores. Os diferentes graus (e as distintas temporalidades) em que cada atividade econômica, em cada momento da pandemia, foi afetada ou se recuperou, por exemplo — ao lado, evidentemente, de todos os fatores econômicos, concorrenciais ou institucionais que condicionam cada conjuntura —, incidem de modo muito dinâmico sobre as estruturas setoriais do emprego e, com elas, têm impactos nas remunerações médias e nos perfis dos trabalhadores.

**Gráfico 14 - Salários médios reais de admissão e de desligamento no emprego formal no Brasil e no Rio Grande do Sul — maio/2020-maio/2022**



Fonte: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: 1. Os resultados mensais referem-se ao último dia de cada mês.

2. Dados deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

3. Não incluem valores menores que 0,3 salário mínimo e maiores que 150 salários mínimos, assim como vínculos da modalidade intermitente.

\* \* \*

O mercado formal de trabalho continuou a apresentar, no ciclo aqui analisado, a capacidade de ampliar o número de vínculos de emprego, o que é muito relevante, quando se coloca o desafio, não apenas de recuperar as profundas perdas verificadas nos primeiros meses da pandemia de Covid-19 (especialmente no segundo trimestre de 2020), mas também de enfrentar o déficit de oportunidades ocupacionais que já precedia a emergência sanitária — o qual se expressa nos elevados indicadores de desemprego e de informalidade tematizados na primeira seção.

Com um crescimento de 5,5% do número de empregos formais nos 12 meses que se encerraram em maio último, o Rio Grande do Sul gerou um saldo de 136,2 mil postos. O Estado, na comparação com as outras 26 UFs, obteve o menor percentual de expansão do emprego no período. A variação para o total do Brasil foi de 6,8%.

Serviços gerou o maior número de vínculos adicionais no mercado de trabalho gaúcho, enquanto a construção obteve o melhor resultado relativo (expansão de 7,4%). A indústria, que havia liderado a expansão dos 12 meses anteriores (maio/2020-mai/2021), desta vez, cresceu menos (5,1%) do que o agregado de todos os setores.

As nove Regiões Funcionais gaúchas tiveram expansão de seus estoques de empregados, mas demonstraram grande dispersão em seus resultados,

que variaram de 2,9%, na RF5 (Sul do Estado) a 9,5% (Litoral).

As oportunidades de emprego, como vem sendo observado recorrentemente na série do Novo Caged iniciada em janeiro de 2020, têm beneficiado especialmente os jovens de até 24 anos e os trabalhadores com escolaridades intermediárias (ensino médio completo ou incompleto). Quanto à distribuição por gênero, após alguns períodos de predominância masculina na formação de saldos — sobretudo no primeiro ano da pandemia —, as mulheres, nos últimos 12 meses, posicionaram-se mais favoravelmente do que os homens, respondendo por 55,5% dos vínculos adicionais.

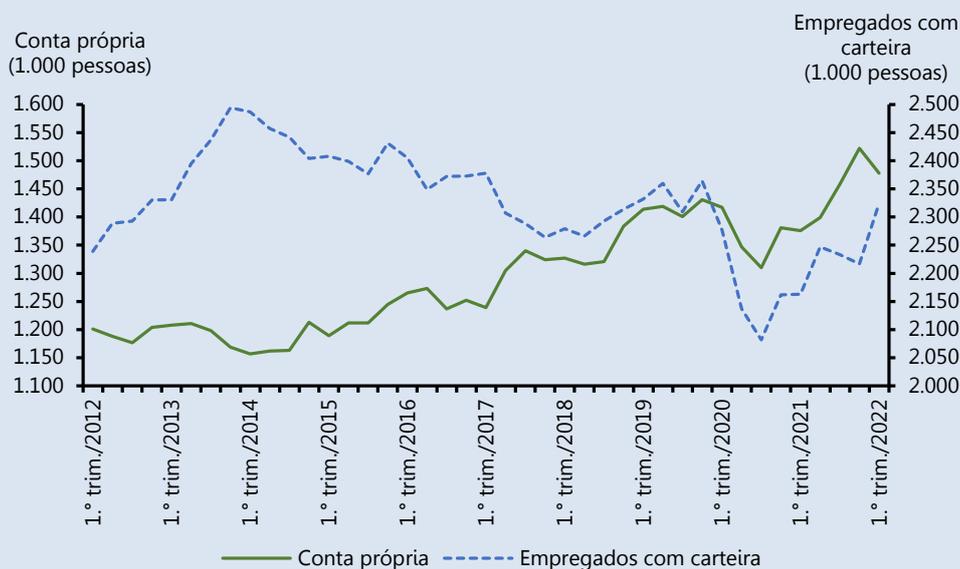
Os salários de admissão e de desligamento indicam que — também no âmbito relativamente privilegiado do emprego formal — se verifica a mesma tendência de rebaixamento dos patamares de remuneração dos trabalhadores apontada na primeira seção do Boletim para o conjunto de todos os ocupados.

**Box A**

**TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL**

Vem verificando-se ao longo da série temporal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja primeira informação disponível para as unidades da Federação é a do 1.º trim./2012, uma tendência de elevação do contingente de trabalhadores por conta própria no mercado de trabalho. No caso do Rio Grande do Sul, o contingente de trabalhadores por conta própria elevou-se de 1.157 mil ocupados no 1.º trim./2014 para 1.431 mil no 4.º trim./2019 (**Gráfico A**). É interessante destacar que, nessa mesma referência comparativa, ocorreu uma retração do número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado no Estado, cujo contingente passou de 2.487 mil para 2.364 mil pessoas. Durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19 para o mercado de trabalho, no 2.º e no 3.º trimestre de 2020, houve uma queda do contingente de trabalhadores por conta própria — na comparação deste último trimestre com o mesmo trimestre de 2019, de 91 mil ocupados. Após, identifica-se uma retomada da tendência de crescimento do contingente de trabalhadores por conta própria, o qual atingiu, no RS, o nível máximo da série temporal da PNAD Contínua no 4.º trim./2021, com 1.522 mil ocupados, o que representava 26,8% do total de ocupados, contra 21,6% no 4.º trim./2012.

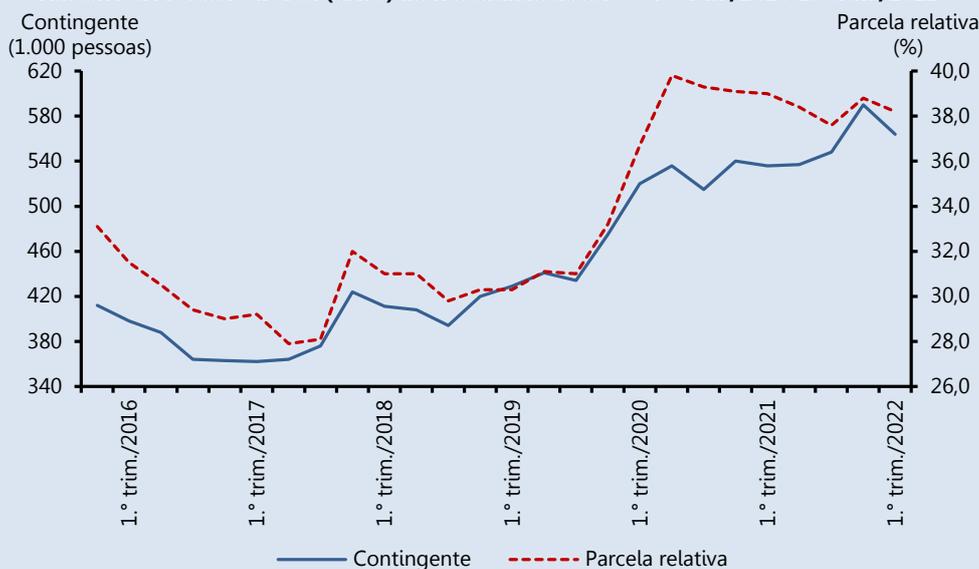
**Gráfico A - Trabalhadores por conta própria e empregados com carteira de trabalho assinada do setor privado no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012 - 1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Outra dimensão desse processo está relacionada com a composição do segmento de trabalhadores por conta própria, em que tem ganhado relevância a parcela relativa daqueles que têm registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), reconhecidos como ocupados formais. Na série temporal da PNAD Contínua em que está disponível essa informação — a partir do 4.º trim./2015 —, constata-se que a parcela relativa de trabalhadores por conta própria com CNPJ, no RS, após atingir o seu nível mínimo no 2.º trim./2017 (27,9%), evidenciou uma trajetória de elevação, situando-se em 39,8% no 2.º trim./2020, momento em que se manifestavam os efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho (**Gráfico B**). No 1.º trim./2022, a parcela relativa de trabalhadores por conta própria com CNPJ do Estado estava em 38,2%, 6,7 pontos percentuais acima da verificada no mesmo trimestre de 2016, o que representou um acréscimo absoluto de 166 mil ocupados nessa categoria.

**Gráfico B - Contingente e parcela relativa de trabalhadores por conta própria com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no Rio Grande do Sul — 4.º trim./2015-1.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: 1. Parcela relativa de conta própria com CNPJ no total de conta própria.

2. Os dados sobre os trabalhadores conta própria com CNPJ estão disponíveis na PNAD Contínua a partir do 4.º trim./2015.

Caberia indagar quais são as causas do crescimento do contingente de trabalhadores por conta própria no mercado de trabalho do RS a partir de 2014 e o da parcela relativa daqueles que possuem o CNPJ desde meados de 2017. Sem pretender esgotar a interpretação desses fenômenos, sugere-se que, para tanto, contribuíram (a) o desempenho econômico adverso, devido a uma recessão econômica que se estendeu, no RS, do 3.º trim./2013 ao 3.º trim./2016 (BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL, 2019), cujos efeitos mais severos sobre o mercado de trabalho do Estado ocorreram em 2015 e 2016. Essa recessão e a posterior lenta recuperação econômica trouxeram consigo um processo de estreitamento das oportunidades ocupacionais, apreendido tanto pela redução do número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado quanto pela elevação da taxa de desocupação, compelindo parte da força de trabalho para a posição na ocupação de conta própria; e (b) a Reforma Trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em julho de 2017 — Lei Federal n.º 13.467 —, assim como a Medida Provisória n.º 808, de novembro daquele ano, as quais dão base legal para a categoria de trabalhador por conta própria que presta serviços para um único contratante, sem gerar vínculo empregatício. Sugere-se que essa mudança na regulação institucional do mercado de trabalho, em um contexto seja de ausência, seja de fraca geração de oportunidades ocupacionais, tenha feito com que a categoria de trabalhador por conta própria com CNPJ se constitua em uma estratégia de sobrevivência para parte daqueles que, anteriormente, estavam ocupados como assalariados com carteira de trabalho assinada (FILGUEIRAS, 2019).

## REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SEPLAG, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 25 out. 2019.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202204/18171304-boletim-de-trabalho-rs.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 3, n. 4, 2021. Disponível em: <https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/11160237-boletim-de-trabalho-dezembro-2021.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTP, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 30 maio 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Estatísticas mensais do emprego formal** - Novo CAGED - maio 2022. [Brasília, DF]: MTP, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODk0YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCj9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 52, p. 1-17, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917\\_cc\\_52\\_nota\\_25\\_rendimentos\\_do\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.
- FILGUEIRAS, V. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. //r. KREIN, J.; OLIVEIRA, R.; FILGUEIRAS, V. (Org.) **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.
- IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua** — Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 13 maio. 2022.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua** — PNAD Contínua — Quadro Sintético. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Quadro\\_Sintetico/2022/pnadc\\_202201\\_trimestre\\_quadroSintetico.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnadc_202201_trimestre_quadroSintetico.pdf). Acesso em: 13 maio 2022.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua** — PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Acesso em: 13 maio 2022.
- IBGE. **Indicadores IBGE** — Contas Nacionais Trimestrais — Indicadores de Volume e Valores Correntes 2022. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2022d. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2022\\_1tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_1tri.pdf). Acesso em: 2 jun. 2022.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: International Labour Organization, 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms\\_498929.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf). Acesso em: 12 ago. 2020.
- IPEA. Análise do mercado de trabalho. //r. IPEA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília, DF: IPEA, v. 28, n. 73, p. 9-42, 2022. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/218241\\_bmt\\_73\\_book.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/218241_bmt_73_book.pdf). Acesso em: 10 maio 2022.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 21 jun. 2022.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL